

Economia Ecológica e Economia do Bem viver¹

Rafael Tavares Requeijo²
Águida Cristina Santos Almeida³

RESUMO

A questão climática é algo real e que cotidianamente aparenta ser mais preocupante e sem meios instantâneos de ser resolvida. O presente trabalho tem como objetivo sistematizar as contribuições de duas teorias específicas que tratam acerca da questão ambiental na perspectiva da economia e meio ambiente, que são a economia ecológica e a teoria do bem-viver com o enfoque tanto em promover discussões entre as ambas, como também em compará-las, para vislumbrar quais instrumentos cada uma das correntes apresenta para refletir sobre o tema e propor caminhos. A economia ecológica parte de uma crítica aos modelos clássicos de economia, que, inclusive, foi realizada por um economista formado na tradição ortodoxa, e a teoria do bem viver pode ser entendida como uma base teórica em construção por não ter sido consolidada por modelos acadêmicos, mas sim pelas experiências dos povos indígenas da América Latina e do Caribe. Foi realizado um estudo bibliográfico à obtenção de dados e informações, ou seja, se trata de um trabalho qualitativo. Como resultado, é evidenciado que a teoria do bem viver consegue contemplar questionamentos aos modelos clássicos que nem mesmo a corrente teórica ecológica obteve sucesso em promover.

Palavras-chave: Economia ecológica. Bem viver. Questão climática.

INTRODUÇÃO

As áreas de vegetação florestal vão se tornando cada vez mais escassas com o avanço da produção comercial e da urbanização, em conformidade com a lógica de busca da produtividade e do crescimento. No entanto, atualmente essa estratégia aparenta ter surtido em custos à sociedade que podem incorrer na perda do estilo de vida que foi buscado, o qual pode ser entendido como o processo da criação do sonho capitalista da abundância material

¹Trabalho escrito no âmbito da atuação no Programa de Educação Tutorial – PET, do curso de Ciências Econômicas da UFCG, no ano de 2023.

²Graduando do curso de Ciências Econômicas da UFCG, integrante do PET-Economia. Email: rafaelrequeijo18@gmail.com.

³Professora do curso de Ciências Econômicas da UFCG, tutora do PET-Economia. No presente trabalho atuou como orientadora. Email: aguidasantosalmeida@gmail.com.

como sinônimo da felicidade, no âmbito da visão hedonista. A questão climática e o aquecimento global são exatamente a materialização desse problema, pois com a perda de grande parte dos ecossistemas o equilíbrio dos padrões de temperatura e umidade, sustentados em grande medida pela existência das florestas, acabou sendo deteriorado com o desmatamento desenfreado. O Brasil, mesmo ainda tendo vastas regiões de vegetação, também está inserido nessa questão, um sinal disso foi registrado durante a COP-27, que ocorreu em 2022 no Egito, quando foi divulgado que o Brasil ficou na sexta posição entre os maiores emissores de poluentes do mundo, ou seja, mesmo sendo um dos países com a maior floresta equatorial do mundo, ainda também é uma economia que degrada e emite gases do efeito estufa em demasia (DELGADO, 2023).

O trabalho em pauta tem o objetivo de analisar qualitativamente, quais são as congruências, pontos de encontro e as dissonâncias de duas das teorias que abordam a questão ambiental, nesse caso com maior enfoque na economia ecológica e na teoria do bem-viver. Uma das hipóteses é de que as teorias sobre o meio ambiente que estão inseridas no arcabouço das ciências econômicas detêm lacunas ao pontuar propostas de intervenção para a crise climática. Tendo isso em vista, a teoria do bem-viver ganha relevância por não vir das academias, mas sim das experiências dos povos originários da América Latina e do Caribe, que conciliam suas formas de existência sem atingir os ciclos naturais de regeneração do meio ambiente (ACOSTA, 2016).

Primeiramente é realizada a justaposição das teorias e de suas contribuições, em seções separadas, posteriormente, é feita a comparação das abordagens em relação aos aspectos da questão climática. Sendo que a economia ecológica pode ser resumida como uma linha de pensamento que surge da crítica dos modelos clássicos de economia, por conta de tratarem os problemas do uso desregrado dos recursos naturais tão somente como uma questão alocativa. Enquanto a teoria do Bem-Viver elabora questionamentos aos modelos teóricos de economia (ortodoxos e heterodoxos) por meio da perspectiva coletivizada dos povos originários latino-americanos e caribenhos, bem como de sua relação com a natureza, para extrair desta os meios de sobrevivência.

O presente texto também tem uma perspectiva crítica à corrente de pensamento da economia ambiental, a qual aponta que por meio da quantificação dos recursos naturais é possível ressarcir-los pelo seu uso, visando amenizar os impactos sobre o meio ambiente. Não obstante, o dilema do meio ambiente exige uma perspectiva mais complexa com o intuito de atingir a estrutura da questão, que vai além da relação da sociedade com os ecossistemas, e chega a conflitar com o sistema de acumulação capitalista, e seu caráter produtivista e

extrativista. Pois como dito por Dardot e Laval (2016), em *A Nova Razão do Mundo*, é necessário promover um questionamento do neoliberalismo, que fomenta sucessivamente o processo de inserção do sistema concorrencial em setores que deveriam ser inclusivos, assim constituindo uma estrutura de opressão. Portanto se torna inviável pautar a questão ambiental sem antes realizar reflexões sobre o sistema capitalista e as desigualdades criadas por sua lógica, para que assim seja possível pontuar sobre a economia ecológica e os serviços ecológicos.

1. A ECONOMIA DO CENTRO E A ECONOMIA ECOLÓGICA

Os resultados do avanço do sistema capitalista e dos impactos que os modos de produzir e consumir ensejam aos ecossistemas foi ignorado por muito tempo pelas bases teóricas, consolidadas, sobretudo, pelo *main stream* da economia. Contudo, perante as claras consequências das práticas produtivista e extrativista do modo capitalista de produção, o padrão de ignorar a questão ambiental sofreu alterações após os anos 1960 e 1970. No entanto, o propulsor dessa mudança não foi a inquietação com os impactos da lógica concorrencial, mas sim por conta dos choques do petróleo, em 1973 e 1979, que geraram receios nos grupos sociais detentores dos meios de produção, os quais detinham bacias de petróleo (Estados nacionais e grandes corporações), passaram a temer a perda de ganhos econômicos em razão do colapso do meio ambiente. Em função disso, estudos, clubes e conferências sobre essa temática passaram a ganhar visibilidade e se difundiram nos países ricos (os quais eram/são responsáveis pela destruição).

É nesse contexto que foram surgindo teorias sobre a problemática do meio ambiente, as quais buscaram considerar os efeitos no meio ambiente das ações da sociedade inserida no sistema capitalista. Dessas reflexões começaram a surgir soluções alternativas, como por exemplo, a proposta de crescimento zero, que posteriormente desembocou na teoria do decrescimento. Contudo, as teorias que mais tiveram discussões no contexto histórico citado foram: a teoria da economia ambiental, de base teórica mais liberal, e a teoria da economia ecológica, que emergiu diante do questionamento da solução trazida pela teoria antes citada, a qual desconsidera que haja uma problemática de finitude dos recursos naturais em suas deduções, com o pressuposto de que os recursos que se tornassem escassos tenderiam a ser substituídos por soluções obtidas pelo progresso técnico e/ou pelo sistema de precificação (MAY, 2010, p.09).

A economia ambiental foi constituída por meio dos modelos neoliberais, desse modo, parte da hipótese de que a questão ambiental é decorrência de função de ineficiências alocativas, podendo assim ser resolvida pelas regras do sistema de mercado ou pela atuação do Estado, em casos de falha de mercado. Por conseguinte, essa corrente de pensamento não considera que a finitude dos recursos naturais é um obstáculo para o crescimento, pois conforme alguns destes recursos tiverem seu montante disponível reduzido na natureza, isso surtirá em aumento de seus preços, o que acarretará em incentivos para avanço do progresso técnico, o qual resultará em substitutos para esses recursos que foram quase retirados em sua totalidade dos ecossistemas (MAY, 2010).

Os modelos da teoria predominante em economia consideram que os recursos naturais e os impactos que o uso destes gera na sociedade são elementos que estão inseridos na macroeconomia. Não obstante, para a base teórica da economia ecológica a macroeconomia é cercada por algo mais amplo e complexo, para além dela própria, que são exatamente os ecossistemas.

A economia ecológica pode ser entendida como a base teórica nas ciências econômicas que consolida a análise tendo como uma de suas principais hipóteses que a economia tem um elemento que tenderá a promover limites, tendo em vista que a disponibilidade de recursos naturais é finita. A teoria da economia ecológica também chama atenção em suas abordagens às variáveis que foram não foram cogitadas nos modelos econômicos clássicos, como a conservação dos bens naturais e a observância dos seus níveis de regenerabilidade, por entender que tais insumos são insubstituíveis à manutenção da vida (OLIVEIRA, 2017).

Assim, é dessa análise sistêmica que Nicholas Georgescu-Roegen inicia seu questionamento referente à economia *main stream* e de sua reflexão emerge a corrente da economia ecológica, pois em sua análise a economia não trata de um sistema fechado e isolado, como a grande maioria dos modelos clássicos e neoclássicos retratam os fluxos que ocorrem dentro da economia, como se estivessem abstraídos de qualquer outro sistema. Desse modo, para Georgescu-Roegen, a economia é na verdade um sistema aberto que está sempre canalizando matéria e energia, as quais sofrem processos que as transformam em bens e em resíduos, e para conseguir evidenciar todo esse fenômeno socioeconômico o referido autor faz uso da lei da entropia da termodinâmica (MAY, 2010, p. 36).

Georgescu-Roegen teve inicialmente uma formação em matemática, sendo que posteriormente migrou para o estudo em ciências econômicas (por certa influência de

Schumpeter⁴). Durante sua formação em Harvard (1934-46) fez contribuições para as áreas da teoria do consumidor e da teoria da produção, e foi justamente nesse período que seu nome obteve uma ascensão como notório na economia, chegando a ser mencionado de forma elogiosa pelo economista norte-americano Paul Samuelson. Mas toda essa relevância no debate econômico foi desconsiderada quando Roegen realizou a sua crítica ao pensamento da economia dominante, em relação ao modo como os modelos retratavam, ou melhor, como não havia nenhuma representação dos recursos naturais nos modelos *mainstream* da economia. A partir de então Roegen foi colocado como pária na discussão econômica por tratar sobre temas obscuros, segundo os neoclássicos (CECHIN e VEIGA, 2010, p. 439).

Tratando dos paradigmas clássico e neoclássico, o modelo do fluxo circular da renda surge ainda nas bases teóricas da economia fisiocrata, sendo que posteriormente é pautado como um paradigma inquestionável no estudo das relações econômicas, porque foi usado tanto pelos economistas clássicos como também por Marx no seu esquema de reprodução simples (CECHIN e VEIGA, 2010). No entanto, mesmo sendo algo estabelecido no âmbito de teorias econômicas de diferentes recortes ideológicos, Georgescu-Roegen questiona essas diferentes abordagens em relação ao uso dos recursos naturais, pois tais representações transmitem a ideia de que a economia é um sistema fechado e isolado, porém isso é algo irreal, porque a economia não consegue sozinha reintroduzir no seu meio produtivo os bens que já foram alterados por ela.

Ou seja, a produção capitalista sempre vai resultar na produção de bens e gerar resíduos, os quais têm um nível muito baixo de reuso na produção, implicando numa situação de entropia, a qual Roegen pôde identificar. Portanto, a economia sempre vai demandar um fluxo contínuo de energia e matéria, o qual não é representado no modelo do fluxo circular, por considerar que a economia é um sistema que conserva valor no decorrer do fluxo, por influência da lei de conservação de energia, muito usado na física mecânica do século XIX (MAY, 2010).

Esse conceito da física quântica é um dos instrumentos teórico-metodológicos que demonstra as lacunas da base teórica da economia clássica em relação à questão ambiental. Em muitos modelos econômicos a física mecânica do século XIX exerce uma forte influência como base nas analogias que constrói e as conclusões subsequentes. Sendo que o uso dessas ferramentas da física mecânica começou a ser mais difundido, no âmbito da ciência econômica, a partir da revolução marginalista, pois foi nesse contexto que a economia

⁴ Autor com alta relevância nos estudos relacionados com os ciclos econômicos e HPE, além de ter sido o precursor na análise de economia da tecnologia e de economia evolucionista (TIGRE, 2006)

começou a tentar a se aproximar das ciências naturais, na tentativa de obter a legitimidade de ser uma ciência dura (FEIJÓ, 2006, p. 266).

Como consequência, muitos modelos de economia acabaram usando um princípio da mecânica, o da conservação da energia, para se relacionarem com um elemento da economia, que é o valor. Dessa maneira, os modelos apresentam essa perspectiva de que o valor será constante. Contudo, quando Roegen vai além e passa a usar a lei da entropia, ele apresenta o conceito de que conforme ocorre o uso de energia e matéria, advindos da natureza, o sistema em si vai se tornando mais entrópico, isto é, um cenário no qual o montante de energia de alta entropia (resíduos que não podem ser reintroduzidos no sistema e poluição) vão sendo maiores que aqueles de baixa entropia (os bens naturais) (OLIVEIRA, 2017). Com isso, se introduz na equação a variável tempo, pois no segundo momento a energia será dissipada e essa não poderá mais ser reutilizada, diferente da física mecânica, que postula que todos os movimentos são reversíveis, de modo que o decorrer do tempo não exerce importância à explicação dos processos de produção e do uso dos recursos naturais, ao longo e depois desse processo (MAY, 2010).

Foi por meio da abdução desse conceito da termodinâmica para a economia que Georgescu-Roegen construiu a crítica à economia dominante e o equivocado uso da física mecânica do século XIX, pois para ele tal ferramenta já estaria defasada, pelo fato de ignorar alguns elementos presentes na economia real, tal como o processo de alterações qualitativas nos insumos naturais que ocorrem ao longo dos processos produtivos, as quais vão além de gerar impactos somente em termos de valores quantitativos, transpostos em representações matemáticas e estatísticas (CECHIN e VEIGA, 2010).

Em função disso, a economia ecológica pauta sua principal hipótese de que o sistema econômico e aqueles que estão inseridos nele fazem uso de energia e matéria de baixa entropia, mas em contrapartida, emite como resíduos, elementos com alta entropia, assim estabelecendo um questionamento ao modelo do fluxo circular de renda, que retrata a economia como um fluxo contínuo, considerado como um sistema fechado e isolado, sendo que na realidade a economia é um sistema aberto e inserido nos ecossistemas que o cercam, e esta diferença traz implicações teóricas e normativas de longo alcance (MAY, 2010, p. 36).

Outra ferramenta que foi abduzida de outra ciência, no caso a biologia, para ser usada na crítica da economia ecológica em relação ao *mainstream*, foi o metabolismo. O qual pode ser definido como um processo bioquímico realizado por organismos que efetuam a transformação de matéria ou energia que estão disponíveis no ecossistema e os usam para suas carências energéticas e de crescimento. Contudo, para a ecologia, o metabolismo pode

ser entendido como um fenômeno que pode ser usado como analogia, ou alegoria, para se entender as relações entre o meio e os seres vivos no processo de perpetuação da vida. Assim, esse sistema acaba sempre demandando uma transição contínua de matéria e energia que passe pelos sistemas de produção/transformação, os quais são consumidos e, posteriormente descartados, pelo fato de a vida demandar o uso sucessivo de alguns recursos naturais e/ou dos seus serviços, para que possa se perpetuar (MAY, 2010).

2. ABORDAGEM DO BEM-VIVER

A base teórica tomada marxista faz uma análise crítica da estrutura produtiva capitalista, e assim concluiu que a mais-valia que é produzida pela classe trabalhadora, é apropriada pela classe ociosa que detém os meios de produção, no contexto histórico da Inglaterra, no período da Revolução Industrial. Posteriormente, outros autores inspirados pela produção de Marx elaboraram outras teorias, como a que analisa o processo por meio do qual o capital industrial se ‘fundiu’ com o capital bancário, criando o capital financeiro, o qual se torna instrumento para promover o imperialismo sobre as demais nações que ainda não detêm o controle desses capitais (FURNO, 2023).

Não obstante, antes do modo capitalista de produção se disseminar pelos diversos territórios do mundo, sobretudo no período histórico que ficou conhecido como mercantilista, já havia povos que resistiram às estruturas do capital, como é o caso dos diferentes povos indígenas que povoaram o continente americano. Os movimentos de resistência desses povos não foram retratados pelas teorias marxistas, mas desde tempos remotos estes lutaram contra os mecanismos de dominação pelos processos de colonização e de expansão irrestrita do capital, os quais ainda não acabaram até o período contemporâneo, como apontou Krenak (2019).

A teoria do Bem-viver, ou Buen Vivir surge para trazer à tona essa perspectiva dos povos originários da América Latina e do Caribe, a qual foi por muito tempo ignorada, tanto pela academia em si, como também pela própria esquerda e demais movimentos da sociedade civil, considerados progressistas. O contexto histórico da criação do conceito Bem-viver ocorreu no período, entre o final do século XX e o começo do século XXI, no contexto de grande expansão do neoliberalismo, principalmente, com o Consenso de Washington sendo difundido em escala global como o modelo para a periferia retomar crescimento e

desenvolvimento (mas na verdade foi um novo chute na escada⁵), o qual pode ser entendido como o conjunto de ideias, concretizadas em políticas e reformas, que giram em torno da abertura comercial, da redução da estrutura do gasto público, das privatizações de empresas estatais, etc. (SÓLON, 2019).

Nesse contexto, no mínimo adverso, a abordagem do Bem-viver surge como instrumento para questionar as diretrizes das organizações multilaterais (contudo, sua filosofia vai muito além dessa crítica) por consolidar uma linha de pensamento que supera as receitas de desenvolvimento consolidadas no centro da economia internacional, que são vendidas como caminho ‘único’ para o sucesso. O Bem-viver vem sendo elaborado por antropólogos que tiveram como objeto de investigação as experiências antigas dos povos originários, com base em suas formas de viver, se relacionar entre si e com a natureza, além do seu modo de enxergar a existência. Nas diferentes línguas de alguns povos indígenas da América Latina, com maior foco nos povos andinos e amazônicos, já havia termos que faziam referência sobre o convívio harmonioso com a natureza, sendo todos eles expressões de bem-viver: *sumak kawsay* (kíchwa), *suma qamaña* (aymara) e *nhandereko* (guarani) (ACOSTA, 2016).

O Bem-viver tem como um de seus principais pilares de atuação promover maior abrangência do pensamento comunitário, que é tão corriqueiro nas vilas indígenas. Um dos meios para que seja possível um convívio mais harmonioso entre os seres humanos e a natureza seria por meio da adaptação para uma matriz comunitária semelhante a dos povos indígenas. Para isso é necessário difundir cada vez mais a conscientização sobre a definição das cosmovisões, que podem ser entendidas como uma perspectiva pela qual os povos nativos se sentem vivos por estarem inseridos no ecossistema que os cercam, ou seja, é algo que vai muito além do conceito de posse, mas sim de identidade e de complementaridade com a natureza, o que é exatamente o antagônico da visão ‘civilizatória’, criada pela lógica eurocêntrica, que coloca a natureza como algo externo ao ser humano, sendo tratada como mero recurso a ser explorado, apropriado, manipulado no processo de acumulação de capital, de natureza produtivista e extrativista (ACOSTA, 2016).

Mesmo que o Bem-viver não defenda a superação do capitalismo, será muito complicado o convívio das estratégias dessa teoria com as estruturas de produção e consumo criadas por esse sistema econômico. Um dos questionamentos mais incisivos da teoria do

⁵ Para entender o que foi o chute da escada que os países desenvolvidos fizeram com os periféricos, decorrido pelo fato de os primeiros impedirem que os últimos realizassem as mesmas estratégias que estes fizeram quando estavam se desenvolvendo. Para mais: leia ‘Chutando a escada’, do economista coreano de nome Ha-Joon Chang.

Bem-viver é exatamente com as teorias de desenvolvimento, por ainda conterem muitas raízes coloniais, como o aspecto de aventar como possível a replicação de modelos dos países mais avançados para as economias periféricas. Não obstante, tais modelos geralmente não se adequam às realidades daquelas regiões, nem tão pouco se harmonizam com a natureza.

O Buen Vivir também levanta provocações contundentes em relação às estruturas estatais, com ênfase às suas raízes eurocêntricas (como a de disseminar arquiteturas urbanas feitas na Europa, mas que se caracterizam como estruturas elitistas, que visam empurrar o proletariado para localidades sempre mais distantes do centro), que é exatamente o arcabouço do Estado que é empregado por estratos das classes dominantes, com o objetivo de buscar o bem-estar para algumas parcelas bem específicas da sociedade (a burguesia e outros grupos de influência). Todavia, a questão é que tal projeto, além de ser totalmente excludente, vai gerar mal estar para toda uma população que estará na periferia da qual foi pensada a política, é exatamente esse ponto uma das maiores críticas que o bem-viver conforma, por conta dessa assimetria não garantir de modo algum um convívio harmonioso entre os seres humanos, com a natureza e as demais espécies (ACOSTA, 2016).

Como o Bem-viver é uma abordagem em construção, não estabelece diretrizes e consensos do que deve ser feito pelas economias, mas sim uma linha de pensamento que está apta à inclusão de diferentes perspectivas da vida (ACOSTA, 2016). A economia ecológica considera como irreal um modelo de crescimento que tome os recursos da natureza como infinitos, visão essa que entra em conformidade com as experiências do Bem-Viver, com as devidas proporções, por entender que o desenvolvimento material geralmente provê benefícios para uma parcela pequena da sociedade, ou seja, a grande maioria, que não usufrui do arranjo construído, mas, por outro lado, será impactado com as externalidades negativas que a reprodução desse modelo gera.

Além disso, fica claro que esse processo predatório de produção só culmina em um ciclo interminável do uso do que está disponível nos ecossistemas, criando graves danos à natureza e expandindo ainda mais a desigualdade, ou seja, opera em profunda desarmonia com os processos da natureza, ao mesmo tempo em que cria uma lógica social perversa (ACOSTA, 2016). Isso fica escancarado de acordo com alguns dados, que reforçam como os países pobres vão acabar sofrendo com maior intensidade os efeitos dos desequilíbrios nos ecossistemas e do desequilíbrio energético do planeta, mesmo não sendo os países que mais poluíram, e muito menos, os que ‘usufruíram dos frutos do tal progresso’, conforme denota Banerjee e Duflo (2020).

Por exemplo, na Índia, entre os anos de 1957 a 2000, foram registrados, aproximadamente, uma média de cinco dias, ao ano, na qual a temperatura média diária foi de 35°C. Contudo, há estimativas que apontam que haverá um aumento desses dias, chegando há 75 dias ao ano, até o final do século. No entanto, nos EUA essa projeção só chega em 26 dias no ano (BANERJEE e DUFLO, 2020, p. 258-259).

Em vista disso, a teoria que incorpora o *Sumak Kawsay*, ou seja, o bem-viver, tem como uma de suas proposições o questionamento das metas de progresso, as quais contêm elementos produtivistas e extrativistas. O Bem-viver propõe que seja estruturado um pensamento que priorize uma visão de coletividade no estilo de vida das sociedades, visão esta já incorporada na dinâmica das populações dos povos originários, ou seja, das comunidades indígenas. O que não faz parte das visões desses povos é exatamente o senso de um processo linear de ‘prosperidade’ que estabeleça etapas de início (menos desenvolvido/evoluído) e de final (com maiores níveis de desenvolvimento), mas sim o de contribuição com a comunidade para deter o real sentimento de pertencimento daquele grupo (ACOSTA, 2016). Ou seja, esses povos não são ‘iludidos’ pela promessa do desenvolvimento econômico, denominado por Celso Furtado de mito (1974).

Uma cautela importante para que a integridade do conceito do Bem-viver seja preservado é relacionada com a forma dele ser aplicado pelo Estado (subsidiando a elaboração e implementação de políticas), mas também como será assimilado e difundido na academia e no âmbito das estruturas de produção e de consumo. No começo do século XXI alguns governos, como o da Bolívia e do Equador, buscaram promover a constitucionalização do Bem-viver. Sem embargo, quando isso foi testado na prática, a concepção de Bem-viver acabou se chocando e/ou sendo deturpada, por conta de ter sido atingida com políticas de desenvolvimento ou de intervenção do Estado com enfoque na promoção de dinamização em alguns setores (como a consolidação de infraestruturas), as quais promoveram fortes violações nos preceitos do bem-viver. Assim, estudiosos do bem-viver afirmaram que no final das contas, acabaram vendendo um projeto escrito de Bem-viver, mas a aplicação foi de cunho desenvolvimentista, com os vícios produtivistas e extrativistas, que o caracterizam, e que não tem meios e/ou a intenção de amenizar os impactos antropocêntricos na biosfera e nos ecossistemas (ACOSTA, 2016).

Mesmo padecendo dessas fragilidades, em relação à aplicação dos pressupostos mais radicais (em relação à estrutura social consolidada na América Latina), tanto Bolívia como Equador tiveram um desenvolvimento muito relevante tanto no número de publicações sobre a temática do Buen Vivir, como também na discussão constitucional. Em contrapartida,

países como o Brasil, não dão ênfase ao enfoque, por deter um número escasso de produções acadêmicas relacionadas, bem como um debate no direito que envolva uma legislação que inclua pressupostos indigenistas, como o Sumak Kawsay, é quase inexistente (CUNHA e SOUSA, 2023). Levando em consideração que ainda está tramitando na câmara Brasileira projetos que vedam o acesso dos indígenas com as terras de seus ancestrais, que é exatamente a tese do Marco Temporal⁶, nota-se a permanência da luta política desses povos à manutenção das condições objetivas e subjetivas de vossa existência.

3. REFLEXÃO ACERCA DAS TEORIAS DE ECONOMIA E MEIO AMBIENTE

Após a justaposição de algumas das teorias relacionadas com a economia e meio ambiente, mais especificamente a economia ecológica e a teoria do Bem-Viver, essa última seção tem como propósito promover a discussão entre essas duas correntes de pensamento, para assim vislumbrar congruências e também discordâncias entre ambas, com o intuito de compreender em que medida possam complementar-se ou se são totalmente conflitantes, ao ponto em que não possam nem coexistir. Tendo em vista que a questão ambiental demanda abordagens e estratégias de ação, que detenham maiores níveis de complexidade, com o intuito de serem mais efetivas e inclusivas, com a intencionalidade de terem impactos no maior número de âmbitos (ambiental, social, político, econômico e etc.), assim sendo necessário promover indagações e reflexões que vão muito além dos modelos econômicos convencionalmente conhecidos e considerados, e é exatamente esse o intuito que circunda essa discussão, embora que de modo introdutório.

O presente trabalho não tem como objetivo avaliar quais teorias são mais aplicáveis ou não, pois não há nenhuma intencionalidade de estabelecer metas ou receitas do que deve ser realizado, tendo em vista que as medidas empenhadas até o momento tiveram pouca contribuição para o combate aos impactos provocados aos ecossistemas (ACOSTA, 2016). A maior intenção dessa singela elaboração é exatamente promover uma maior difusão acerca dessas linhas de pensamento e elaborar reflexões sobre suas propostas com relação à economia real e qual a sua materialidade para os dilemas que envolvem as economias periféricas.

⁶ O marco temporal pode ser definido como: “uma tese que propõe que o direito à terra indígena só deve ser garantido se ficar comprovado que, em 5 de outubro de 1988, a área estava ocupada por esses grupos ou comprovadamente sob sua reivindicação” (VICK, 2023)

É importante deixar claro que ambas estas linhas de pensamento podem ser classificadas como heterodoxas, isto é, estão fora do debate *mainstream* da economia (o núcleo duro da economia), por conta de não considerarem como relevante os modelos neoclássicos dos manuais de economia como úteis para tratar sobre questões reais da sociedade. Desse modo, a maior adversidade/desafio que essas correntes têm é exatamente promover novas ideias que vão além, inclusive da proposta desenvolvimentista (que em economia, está inserida também na heterodoxia), sendo este na verdade um dos maiores imbrólios a serem superados. Além disso, considerando que a ortodoxia econômica realize o debate sobre políticas ambientais sozinha, será mantida a estratégia de quantificar em variáveis monetárias o montante de “capital ambiental” contido nos ecossistemas e dos “serviços ecossistêmicos” que prestam para a humanidade (RAWORTH, 2019). O que na maioria dos casos ocasiona em negligência a maior parte dos danos ambientais causados pela exploração desenfreada da natureza.

Foi exatamente no questionamento do pensamento ortodoxo que surgiu os esboços sobre a economia ecológica, principalmente, quando emergiram dúvidas acerca da real função de um modelo que considere o crescimento econômico como ilimitado. Desse modo, uma de suas principais hipóteses é exatamente que a economia e suas estruturas não existem com a natureza, mas sim inseridas em sua totalidade pelos ecossistemas e seus bens naturais que eles provêm à humanidade, isto é, a humanidade até consegue construir conceitos e modelos nos quais a natureza aparenta ser separada da vida humana, mas na essência a economia precisa dos ecossistemas, pois sem seus preciosos insumos não teria como promover a expansão da acumulação do estoque de capital, pois grande parte dos resíduos que ela gera não podem ser regenerados para os ciclos da vida. (CECHIN e VEIGA, 2010).

No entanto, a teoria do Bem-viver considera outros elementos, em função de não se manter só na crítica aos modelos clássicos, mas por ter consolidado provocações em relação à coerência de algumas teorias relacionadas com as escolas de pensamento heterodoxas, por exemplo, as desenvolvimentistas. Isto porque, as considera sendo teorias que promoviam modelos que tinham características colonialistas, por definirem que os países tidos como periféricos deveriam introjetar o mesmo caminho que operaram as atuais potências, o que é claramente irreal para o estado de degradação que se encontra os ecossistemas e a lógica geopolítica que organiza os Estados nacionais hierarquicamente (ACOSTA, 2016).

As bases teóricas, ecológica e do bem-viver, detêm diferentes formas de abordar a relação dos seres humanos com os recursos naturais. A economia ecológica tem como uma de suas principais bases elucidar que o sistema econômico é totalmente dependente de insumos

que são extraídos dos biomas e que em muitos casos são transformados em rejeitos que não podem ser mais reinseridos nos ecossistemas (CECHIN e VEIGA, 2010). Dessa forma, a economia ecológica defende a estratégia de estabelecer limites para o uso desses recursos, levando em consideração o seu nível de regenerabilidade. Por exemplo, para essa teoria o uso de petróleo deve ser cessado, levando em consideração que só pode ser reproduzido em condições muito remotas (de temperatura, condição do solo e profundidade) que são de replicação inviável para a humanidade e para os biomas.

Já o Buen Vivir leva em consideração as cosmovisões dos indígenas, assim adaptando-as para identificar formas mais harmoniosas de relacionar com a natureza e tudo que ela provê. Mais especificamente, o Bem-viver tem como uma de suas observações que seja revista em sua totalidade o conceito de natureza, aquele que foi estruturado socialmente como a definição de um centro que concentra recursos/insumos, para serem exaustivamente explorados. Assim, o que é proposto pelo Sumak Kwasay é introduzir características que englobem aspectos inclusivos e de acesso universal, ou seja, essa perspectiva teórica trata dos ecossistemas por meio de uma visão mais coletiva, pois para os indígenas da América Latina, o sentimento de estar vivo é construído se fazendo um só com aqueles que se convive, incluindo os elementos da natureza (ACOSTA, 2016).

Uma das maiores peculiaridades do Sumak Kwasai é defender a necessidade de rever como entendemos a natureza, o que vai muito além de atuar para “salvar” o meio ambiente. Tal como apresentado por Krenak (2016), é insano e/ou incompreensível na perspectiva dos indígenas uma construção social de humanidade que se faz alheia ao sistema Terra. Ou seja, tal pensamento acabou gerando um distanciamento conveniente para o mercado, entre os seres humanos e o meio natural. Então, essa cisão entre ser humano e natureza, facilitou o processo por meio do qual a natureza é constantemente usurpada em prol do interesse das grandes empresas, pois permitiu se criar o pretexto de a natureza existir para ser usada, para servir aos interesses da acumulação (KRENAK, 2019).

Krenak (2019) também aponta sobre como a separação entre a humanidade e a natureza, promovida pela urbanização e o processo de acumulação capitalista, é exercida pelo mesmo mecanismo que acarreta a transformação dos seres humanos em consumidores, assim reduzindo/padronizando as diferentes formas de viver, de existir e de hábitos, ou seja, a subjetividade é completamente suprimida e substituída por um padrão vendido pelo sistema de mercado (KRENAK, 2019). Desse modo, o bem-viver se apresenta como um incisivo instrumento de resistência frente ao arranjo posto, tendo em vista sua característica de levar em consideração as experiências de coletivização dos povos originários, além de ser aberta

para as distintas perspectivas por ainda estar em construção, de maneira que pode ser entendida como um importante ferramenta que subsidie a reflexão da importância das subjetividades bem como a preservação de sua diversidade, como característica indistinta.

Uma dissonância de grande relevância entre a economia ecológica e o Buen Vivir é exatamente o contexto social, espacial e ideológico no que tocante à consolidação de ambas. A teoria do Bem-viver foi elaborada por autores sul-americanos, que em sua composição tomou elementos que estão fora da academia, isto é, visões de povos indígenas andinos e amazônicos. Em contrapartida, a economia ecológica tem por base um autor de origem europeia, que foi aluno e colega de pensadores da economia, com grande prestígio no campo ortodoxo e neoclássico.

Portanto, mesmo detendo como uma de suas principais hipóteses a crítica aos modelos clássicos das ciências econômicas, essa crítica vai até um determinado ponto, e essa barreira que não é superada, é exatamente a crítica à estrutura social resultante do processo de acumulação capitalista. No decorrer do processo de elaboração da economia ecológica ainda é mencionado sobre o capitalismo e seus padrões de produção e consumo, no entanto, é muito escasso o questionamento da estrutura de opressão estabelecida, e isso acontece exatamente por conta desta estrutura ter sido consolidada exatamente num contexto inserido no centro dessa disposição social, a qual é um fator que promove a reprodução das desigualdades e das crises socioambientais (MARQUES, 2023).

É relevante entender essa questão, pois as ciências econômicas vão (ou deveriam ir) muito além de suas ferramentas matemáticas e estatísticas, ou seja, a economia também é política, desse modo não é possível abstrair as influências políticas e ideológicas dos criadores das teorias. Tal consideração ficou clara de acordo com Keynes quando abordou: “Homens práticos, que se acreditam bastante isentos de quaisquer influências intelectuais, geralmente são escravos de algum economista defunto” (KEYNES *apud* RAWORTH, 2019)

A economia ambiental, a economia verde, o desenvolvimento sustentável, abrem lacunas por tratarem a questão climática como uma problemática alocativa, tendo como inspiração os modelos econômicos ou até os microeconômicos⁷. Foi exatamente essa lacuna que a economia ecológica enfrentou ao questionar, quando elaborou seu modelo, que continha instrumentos que iam além do ferramental estatístico e matemático, além de ter acrescentado os conhecimentos da biologia e da termodinâmica.

⁷ Para saber mais sobre essas outras linhas de pensamento leia: OLIVEIRA. Evandro de. **Economia verde, economia ecológica e economia ambiental**: uma revisão. Revista Meio Ambiente e Sustentabilidade. vol. 13. n° 6. Curitiba. Jun-dez, 2017.

Não obstante, a economia ecológica (e o decrescimento), também possuem suas lacunas ao pautar a questão ambiental na realidade, mas não vislumbra o problema conceitual que é exatamente a construção social do que entendemos como meio ambiente (KRENAK, 2019). É nesse exato *gap* que a teoria do Bem-viver atua por meio das cosmovisões indígenas, as quais possibilitam perspectivas muito mais coletivizadas e harmoniosas de como se pode vislumbrar a interação da humanidade com a sua *pacha-mama* – a Mãe Terra (ACOSTA, 2019).

Não obstante, na visão convencionalmente erguida, sob a qual a natureza se resume a um manancial infindável de insumos a serem explorados, depredados, a visão do bem-viver soa como se fosse somente palavras vazias ou como mais uma utopia. Porém, o próprio Buen Vivir entende que para propor algo diferente e subversivo ao que está estabelecido é necessário ser inclusivo, sendo que tal característica é pouco presente na economia ecológica, por ter suas estratégias e diretrizes delimitadas à questão ambiental, desconsiderando a estrutura social, que na verdade, é inseparável da crise climática, seja em termos de reflexões, proposições, soluções. Desse modo, o Bem-viver tem a excepcionalidade de não estabelecer propostas de intervenção diretas (para não cair nas armadilhas dos ciclos políticos, bem como de limitações de outra ordem), mas sim, de construir reflexões inspiradas nas experiências daqueles que fazem a luta de base desde quando foram invadidos em seus territórios, em sua ancestralidade, há séculos atrás, mas seguiram resistindo, embora suas cosmovisões tivessem seguido invisibilizadas pela academia por tanto tempo.

CONCLUSÃO

Após uma breve comparação de alguns elementos que são encontrados nas teorias, da economia ecológica e a Teoria do Bem-viver, levando em consideração que isso foi feito em caráter introdutório, afirma-se que o Buen Vivir detém maiores ferramentas que possam englobar as subjetividades, que são necessárias à reflexão dos caminhos que promovam uma relação de maior equilíbrio e respeito dos seres humanos entre si e com a natureza. Mas isso não quer dizer que a economia ecológica deva ser desprezada, principalmente, pela teoria do Bem-viver estar aberta para ser construída dialogando com diferentes formas de conhecimento, a economia ecológica pode ter uma função importante, por conter instrumentos úteis, por exemplo, à construção de indicadores para subsidiar o uso dos

recursos da natureza, os quais o Buen vivir tem algumas críticas, mas entende que são importantes à elaboração de caminhos de ação (ACOSTA, 2016).

Portanto, o Sumak Kawsay é um caminho promissor para ser explorado e expandido no âmbito acadêmico, como no contexto brasileiro, por exemplo, no qual as produções sobre o tema são ainda restritas. É importante enfatizar que a abordagem do bem-viver considera perspectivas e vivências de quem sofreu na ‘pele’ as consequências dos processos de colonização e as mazelas que foram criadas pela estrutura que resultou desse projeto de dominação, liderado por países europeus; e esse povo (os sobreviventes) segue até o presente sem ser devidamente ressarcido ou reparado.

Contudo, o Buen vivir não é um obstáculo à economia ecológica, mas sim uma forma para que suas ferramentas sejam canalizadas para um arcabouço teórico que questione exatamente o modelo eurocêntrico, de natureza produtivista, elitista, extrativista e colonialista, que Geogerscu-Rogen criticou em seu eixo de insustentabilidade ambiental, que por seu turno também é insustentável do ponto de vista social. Assim, no âmbito do presente trabalho acredita-se que há um vasto esforço em aglutinar as contribuições da economia ecológica e da abordagem do bem-viver, considerando a possibilidade que essa estratégia possa ter em construir novas reflexões, que englobem as especificidades da população das regiões periféricas da economia internacional, pois serão essas que mais sofreram e sofrerão com o avançar das impactos no clima.

Referências

BANERJEE, Abhijit V.; DUFLO, Esther. **Boa economia para tempos difíceis**. Trad. Afonso Celso da Cunha Serra; revisão técnica Norberto Monatani Martins. Rio de Janeiro : Zahar, 2020.

397 p.

CHANG, Ha-Joon. **Chutando a escada**: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. tradução Luiz Antônio Oliveira de Araújo. São Paula. Editora UNESP, 2004.

CUNHA, Eduardo Vivian da.; SOUSA, Washington Jose de. **O bem viver no Brasil**: uma análise da produção acadêmica nacional. Revista Katálysis. v. 26, n. 2, p. 321-332, maio/ago. Florianópolis, 2023.

DELGADO, Guilherme C. **Significado e dimensões do agronegócio na economia brasileira**. Revista Le Monde Diplomatique Brasil. Ed. Maio de 2023.

DARDOT. Pierre. LAVAL. Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. tradução Mariana Echalar. São Paulo. Boitempo, 2016.

FEIJÓ. Ricardo. **História do pensamento econômico**. 2ºed. Atlas, 2006.

FURTADO. Celso, **O mito do desenvolvimento econômico**. 1974

KRENAK. Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. Companhia das Letras. São Paulo, 2019

MARQUES. Luiz. O decênio decisivo: proposta para uma política de sobrevivência. Editora Elefante. São Paulo, 2023

MAY. Peter H org. **Economia do meio ambiente**: teoria e prática. 2º ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

CECHIN. Andrei Domingues e VEIGA. José Eli da. **A economia ecológica e evolucionária de Georgescu-Roegen**. Revista de Economia Política. vol. 30. nº 3, julho-setembro, 2010

OLIVEIRA. Evandro de. **Economia verde, economia ecológica e economia ambiental**: uma revisão. Revista Meio Ambiente e Sustentabilidade. vol. 13. nº 6. Curitiba. Jun-dez, 2017.

ACOSTA. Alberto. **O Bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. Tadeu Breda Trad. Rio de Janeiro: Editora Elefante, 2016.

RAWORTH. Kate. Economia Donut: uma alternativa ao crescimento a qualquer custo. tradução George Schlesinger. Rio de Janeiro: Zahar, 2019.

SÓLON. Pablo. **Alternativas sistêmicas**: bem viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da Mãe Terra e desglobalização. Editora Elefante, 2019

TIGRE, Paulo Bastos. **Gestão da inovação**: a economia da tecnologia do Brasil. 7º reimpressão. Elsevier. Rio de Janeiro, 2006.

VICK. Mariana. **Além do veto ao marco temporal**: o que falta para demarcar. Jornal Nexo. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2023/09/21/AI%C3%A9m-do-veto-ao-marco-temporal-o-que-falta-para-demarcar>. Acessado em: 25/09/2023.

